

CLAUDIA ELISANGELA BARBOSA DA SILVA

PLANO DE AÇÃO NA GESTÃO DA ESCOLA – 2012 a 2014

TOLEDO - PARANÁ

2011

1. APRESENTAÇÃO

A visão do administrador escolar como simples executor de tarefas burocráticas preestabelecidas já está ultrapassada. Atualmente, é preciso ter competência técnico pedagógica para administrar a instituição que dirige, capacidade de liderança, autodisciplina, capacidade de pensar e agir responsabilmente, trabalhar com o outro em cooperação e sobretudo, conhecer seu cotidiano e o contexto da comunidade onde a escola está inserida.

O exercício da gestão está a serviço, sempre, dos objetivos a serem atingidos pela organização da qual o gestor faz parte. Uma escola ao final de toda análise, deve produzir educação de qualidade. Nesse sentido, aliando-se ao processo de globalização, deve utilizar-se das novas tecnologias da informação e comunicação disponíveis para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar.

2. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

COLÉGIO ESTADUAL ESPERANÇA FAVARETTO COVATTI – ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO

RUA CASTRO Nº 111 CEP: 85.913-070 TELEFONE/FAX 45- 3252-9119

e-mail: tooesperancacovatti.@seed.pr.gov.br

site: www.tooesperancacovatti.seed.pr.gov.br

JARDIM BRESSAN – TOLEDO- PARANÁ

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO

Res.2766/1989 DOE:24/10/1989

PRORROGAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Res: 256/1993 DOE: 29/01/1993

RECONHECIMENTO DO ESTABELECIMENTO

Res.1374/1994 DOE: 30/03/1994

MANTENEDORA : **GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

CURSO: ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO – NOS TURNOS:

MANHÃ – INÍCIO - 7:30 HORAS TÉRMINO - 11:55 HORAS;

TARDE – INÍCIO – 13:15 HORAS TÉRMINO – 17:40 HORAS;

ENSINO MÉDIO: POR BLOCOS DE CONHECIMENTO.

SOMENTE NO PERÍODO NOTURNO DAS 19:00 HORAS ÀS 23:10

DIREÇÃO: CLÁUDIA ELISANGELA BARBOSA DA SILVA

DIREÇÃO AUXILIAR: VILSON LORENZETTI

RECURSOS HUMANOS:

ATUALMENTE CONTA-SE COM:

UMA DIREÇÃO

UM DIRETOR AUXILIAR

DOIS PEDAGOGOS

TRÊS AGENTES EDUCACIONAIS II

SETE AGENTES EDUCACIONAIS I

DOIS PROFESSORES READAPTADOS

VINTE E NOVE PROFESSORES DOCENTES DE TURMAS

3. HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO

A história do Jardim Bressan confunde-se com a história de outros bairros de Toledo e com a história do Colégio Estadual Esperança Favaretto Covatti – Ensino Fundamental e Médio.

Em 1960, a região era pastagem para animais a serem abatidos no matadouro da família Bressan, que abastecia os açougues da cidade. Em 1969, o matadouro foi desativado e no início da década de 1970, começou o loteamento da área. Começaram a chegar os primeiros moradores, que adquiriram lotes da Imobiliária Gaúcha. Os pioneiros do Jardim Bressan eram o Senhor Emilio Casarin e logo em seguida Egon Pudel, que iniciaram o processo de urbanização do bairro.

Foi difícil, não tinha água tratada e luz elétrica, mas aos poucos a região foi se transformando nos braços destes primeiros moradores.

No início da década de 1980, o Jardim Bressan já era um promissor bairro, mas carecia de investimentos básicos. As crianças eram obrigadas estudar em Escolas da Vila Pioneiro, percorrendo um longo trajeto exposto aos perigos da rua. Mas a escola do bairro só veio em 1984, após uma tragédia ocorrida com a família Alves de Oliveira.

Sonia Alves de Oliveira, uma garotinha de sete anos de idade morreu atropelada quando retornava da Escola da Vila Pioneiro. A população do bairro revoltada com o acontecimento exigiu a criação de uma escola, o que ocorreu três meses depois, sendo uma extensão da Escola Walter Fontana da Fundação Educacional de Toledo – FUNET.

As aulas iniciaram no mês de setembro, com o primeiro Pré-Escolar com a professora Marli Rafael.

Em 1985, iniciaram as outras séries contando com a primeira Diretora a senhora Elizabete Cordeiro Velazquez e como responsável a professora Aparecida Cerutti.

Em 1987, a escola foi municipalizada e passou a se chamar ESCOLA MUNICIPAL SONIA ALVES DE OLIVEIRA, em homenagem a garotinha morta.

O Jardim Bressan recebeu sua primeira escola de 1ª a 4ª série no ano de 1984.

Com o passar do tempo o bairro sentiu a necessidade de uma escola de 5ª a 8ª série. Esta deu início a suas atividades em 1989.

Em 24 de outubro de 1989, através da Resolução 2.766/89, publicada no Diário Oficial nº 03/28, a escola recebe, oficialmente, autorização de funcionamento, válida por dois anos e autorizando a escola, a ministrar aulas às turmas de 5ª a 8ª série.

Nesta Resolução 2.766/89 a escola denominava-se Escola Estadual Jardim Bressan - Ensino de 1º Grau, sendo que em 1990, a mesma, através da Resolução 1.749/90 recebe a autorização para passar a denominar-se Escola Estadual Esperança Favaretto Covatti - Ensino de 1º Grau.

Em 18 de janeiro de 1993, com a resolução 256/93, recebe a prorrogação de autorização de funcionamento válida até o final do ano de 1993. Ainda em 1993, o estabelecimento tem o seu Plano Curricular de 5ª a 8ª séries homologado pela Resolução 5.717/93.

Em 09 de março de 1994, com a Resolução 1.374/94, foi reconhecido o Curso de 1º Grau Regular da Escola Estadual Esperança Favaretto Covatti – Ensino de 1º Grau, que funcionou até 1998. A partir do ano de 1999, ocorreu a implantação do Ensino Médio e a escola passou a denominar-se Colégio Estadual Esperança Favaretto Covatti – Ensino Fundamental e Médio.

A Resolução nº 908/99 autoriza o Estabelecimento a funcionar pelo prazo de dois anos, com a implantação gradativa do Ensino Médio, a partir de 1999. Portanto, o Colégio oferta os cursos de Ensino Fundamental anos finais 6º ao 9º ano e o Ensino Médio organizado por blocos de disciplinas semestrais.

Atualmente o colégio funciona nos turnos: Matutino com quatro turmas, Vespertino com quatro turmas do Ensino Fundamental e Noturno com quatro turmas do Ensino Médio organizado por blocos de disciplinas semestrais. Perfazendo aproximadamente um total de 290 alunos.

No momento o colégio conta com 29 Professores todos com Licenciatura Plena, Direção, Diretor Auxiliar, duas Pedagogas, uma Secretária, três Auxiliares

Administrativos(Agente II) e 6 Auxiliares de Serviços Gerais(Agente I) e 1 auxiliar operacional.

OBJETIVOS

- Incentivar a pesquisa e a utilização dos recursos tecnológicos na construção do conhecimento dos alunos e professores.

- Incentivar a formação continuada dos educadores através de atividades que promovam a qualificação profissional, juntamente com a formação continuada oferecida pela SEED.

- Apoiar-se na legislação vigente para como meio norteador para o cumprimento de direitos e deveres de toda comunidade escolar.

- Dar suporte na elaboração e acompanhamento de projetos que auxiliem à comunidade escolar.

- Garantir a execução dos recursos financeiros em parceria com as instâncias colegiadas responsáveis.

- Realizar acompanhamento sistemático dos resultados escolares e buscar solução na melhoria destes.

- Difundir o conceito de gestão democrática baseado na divisão de responsabilidades.

- Atuar em parceria com as instâncias colegiadas em decisões relacionadas ao cotidiano escolar.

- Adequar os locais de pesquisa do colégio como laboratórios e bibliotecas.

JUSTIFICATIVA

Como sinônimo de administração, gestão também quer dizer governar, dirigir. Segundo o dicionário Aurélio, Gestão é a manutenção de controle sobre um grupo, uma situação ou uma organização de forma a garantir os melhores resultados. O papel de um gestor é fazer com que sua organização produza os resultados esperados, através do melhor uso possível dos recursos existentes e do desenvolvimento de soluções criativas e eficazes para superação de desafios, novos ou antigos.

Quando a organização é uma escola, este papel assume alguns aspectos altamente diferenciados em relação a gestores de outros tipos de instituições. O primeiro é compreender quem é o público alvo, no caso os alunos e a comunidade da qual eles fazem parte. E é para eles que a escola tem de gerar resultados. Outro aspecto a ser observado é compreender de onde provém os recursos para que a escola possa produzir esses resultados. De posse destes entendimentos o gestor escolar pode por em prática a democratização das relações escolares, o que é chamado de gestão democrática ou participativa.

Gestão já pressupõe, em si, a idéia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas, em conjunto. Isso porque o conceito de gestão está associado à mobilização de talentos e esforços coletivamente organizados, à ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva (LUCK citado por SILVA, 2005, p.17).

Para Silva (2005), optar pela gestão participativa é fundamental para:

- melhorar a qualidade pedagógica do processo educacional das escolas;
- garantir ao currículo escolar maior sentido de realidade e atualidade;
- aumentar o profissionalismo dos professores;
- combater o isolamento físico, administrativo e profissional dos gestores e professores;

- motivar o apoio da comunidade escolar e local às escolas; e
- desenvolver objetivos comuns na comunidade escolar.

A gestão democrática das escolas públicas brasileiras está prevista tanto na Constituição Federal de 1988, Art. 206, quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), em seu Art. 3º, inciso VIII, ao ressaltar que o ensino público será ministrado com base no princípio da gestão democrática. Já o Art. 14 ressalta que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades locais e com base nos princípios da participação dos profissionais da educação na produção do projeto pedagógico da escola, bem como a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares (BRASIL, 1996).

A Proposta em Gestão Escolar é muito importante para que o futuro gestor: organize e oriente suas ações durante a sua administração, no sentido de valorizar a gestão participativa, como forma de fortalecimento institucional e de melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos; articular e executar as políticas educacionais na qualidade de líder e mediador entre essas políticas e o projeto político-pedagógico escolar, construído no coletivo da comunidade. Precisa reconhecer a importância das ações de formação continuada no aprimoramento dos profissionais que atuam na escola, criar espaços que favoreçam o desenvolvimento dessas ações; cuidar para que as ações de formação continuada traduzam-se efetivamente em contribuição ao enriquecimento da prática pedagógica em sala de aula; acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto pedagógico e os indicadores de aprendizagem com vistas à melhoria do desempenho escolar; compreender os princípios e diretrizes da administração pública e incorporá-los à prática gestora no cotidiano de sua administração.

4. METAS A SEREM ATINGIDAS NOS ASPECTOS TECNOLÓGICOS, HUMANOS, PEDAGÓGICOS, DEMOCRÁTICOS, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS.

4. 1 Aspectos Tecnológicos Aplicados à Educação

Acredita-se que os professores têm consciência de que as tecnologias são uma nova forma de construir o saber e que a função dos gestores no estabelecimento escolar em que atuam, deve ser de dar condições de acesso às tecnologias, primeiramente aos professores e posteriormente aos alunos (formação para ser capaz de formar); estimular o uso das tecnologias e assessorar através de profissionais qualificados principalmente no laboratório de informática (assessoria a professores e alunos) e em contrapartida cobrar do governo condições de atualizar a escola com mais equipamentos e verbas para a manutenção dos equipamentos que a escola possui, que deterioram-se e tornam-se obsoletos com o tempo.

O sucesso na gestão das tecnologias no ambiente escolar ocorre com a mobilização de toda comunidade escolar, principalmente no estímulo ao uso das tecnologias, bem como na formação continuada dos professores e funcionários (capacitação). O gestor paranaense deve conhecer a estrutura funcional da DITEC que produz e disponibiliza os recursos tecnológicos e educacionais para as escolas, para uma melhor orientação aos seus profissionais e comunidade escolar, incentivando assim a pesquisa e o aprimoramento da prática pedagógica, que resultará na melhoria do processo ensino-aprendizagem.

A Educação a Distância (EAD) é mais uma ferramenta alternativa em favor da educação. Essa modalidade de ensino que é ofertada por instituições públicas ou privadas, através de modalidades educacionais, podendo atingir a educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e educação superior, segundo a legislação da EAD.

No caso específico da escola pública paranaense os cursos ofertados no ambiente Moodle facilitam a formação do professor e o contato com cursistas de outras regiões, sem haver necessidade de deslocamentos e gastos. Os cursos ofertados por instituições públicas como formação continuada, e utilizados para a

resolução de problemas encontrados no cotidiano escolar, formato dos Grupos de Trabalho em Rede (GTR), no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), trazem à discussão os problemas da educação no estado do Paraná e vem agregar para uma melhor formação do professor; e conseqüentemente do processo de aprendizagem da comunidade escolar.

4. 2 Aspectos dos Recursos Humanos

A gestão dos recursos humanos deve ser vista pelo diretor de forma tão importante quanto à gestão pedagógica, por que gerir pessoas, sejam professores, funcionários, alunos, pais de alunos ou outro membro da comunidade escolar, demanda estratégias, sensibilidade e conhecimento em relação ao assunto ou problema a ser tratado.

Gerir significa planejar, organizar, acompanhar e avaliar as ações em uma organização, de forma a atingir os objetivos propostos. O gestor deve ter o conhecimento das principais normas legais quanto a plano de carreira, atestados médicos, afastamentos, suprimientos/cancelamentos, distribuição de aulas, boletim de frequência, remoção, promoções/progressões, entre outros, questões nas quais quem determina como funciona é a legislação vigente, sobre a qual a escola tem pouca ou quase nenhuma autonomia. Mas, o mais importante na gestão de pessoas, além do conhecimento anteriormente citado é no sentido da habilidade de liderar e administrar pessoas, de disciplinar as relações para estabelecer limites e responsabilidades. O gestor no verdadeiro papel de líder, organizando e orientando a comunidade escolar em busca de uma educação de qualidade.

4. 3 Aspectos Pedagógicos

O Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) devem ser elaborados coletivamente pelos representantes da comunidade

escolar, com base no diagnóstico da realidade do contexto que envolve a escola. O Projeto Político Pedagógico é a expressão conceitual que envolve os fundamentos históricos, filosóficos, pedagógicos e psicológicos da comunidade escolar. É a partir do Projeto Político Pedagógico que, tendo-se noção do ideal de homem que se quer formar, elabora-se a Proposta Pedagógica Curricular, que é parte integrante do PPP, procurando basear-se na legislação vigente, para que as questões sociais permeiem o currículo escolar. Por isso a relevância de que este documento seja elaborado e discutido coletivamente, pois é um elemento muito importante para a gestão democrática, e é o eixo central da organização do trabalho na escola, articulando os aspectos administrativos aos aspectos pedagógicos ao objetivo da escola.

O Plano de Trabalho Docente (PTD) é a expressão do currículo em sala de aula, que expressa e legitima a intencionalidade da escola. A elaboração do Plano de Trabalho Docente é muito importante, pois organiza o processo pedagógico e antecipa a ação docente e pressupõe a reflexão sistemática da prática educativa, e é resultado da relação entre o PPP e o PPC.

A avaliação deve ser compreendida como um processo amplo de análise da realidade educacional em suas diferentes dimensões: do desempenho acadêmico, do desempenho profissional, dos aspectos institucionais, bem como dos processos avaliativos que ocorrem sob a interveniência do governo estadual, federal ou internacional. Deve ser superada a visão autoritária da avaliação, para uma visão de avaliar para melhorar, ou seja, discutir os resultados das avaliações buscando a superação do aluno, do professor. E, conseqüentemente melhor formação e mais qualidade na escola.

A gestão escolar pode contribuir para a efetivação das ações pedagógicas planejadas pelo coletivo escolar na medida em que, seja uma gestão democrática, buscando a participação de toda comunidade escolar para discutir e propor ações para um bom andamento do processo pedagógico e que resultará na melhor aprendizagem dos alunos.

O gestor estará contribuindo para um melhor aproveitamento da hora-atividade na medida em que observar os seguintes pontos: hora-atividade concentrada dos professores de disciplinas e turmas afins; ambiente adequado ao bom desenvolvimento da hora-atividade; acompanhamento do cumprimento da hora-atividade; assessoria da equipe pedagógica aos professores; organização de um

calendário/cronograma para além do uso individual da hora-atividade, atendimento a pais e alunos; e consideração e respeito à hora-atividade.

O conselho de Classe que, deve ter por finalidade diagnosticar problemas e apontar soluções, tanto em relação aos alunos e turmas quanto aos docentes, e como princípios básicos para a reorganização da prática pedagógica, deve segundo as orientações para encerramento do ano letivo de 2008, ser organizado a partir da: auto avaliação do professor, auto avaliação da equipe pedagógica, análise diagnóstica das turmas e definição e registro das linhas de ação.

4. 4 Aspectos da Gestão Democrática

O Regimento Escolar é um documento legal, de existência obrigatória na unidade escolar, que lhe confere o status de documento maior, cuja função é de normatizar a organização administrativa, pedagógica e disciplinar do ambiente escolar. Está vinculado estreitamente ao Projeto Político Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular, além de que, deve estabelecer relações entre seus diversos segmentos constitutivos (público interno e externo). E é nessa perspectiva a importância do Regimento Escolar ser elaborado por todos os segmentos da escola, e quanto maior o envolvimento da comunidade escolar na sua elaboração maior será o comprometimento e a responsabilidade no cumprimento e legitimação das suas normas. Os gestores, responsáveis pela elaboração desse documento, devem observar alguns pontos para sua melhor elaboração e divulgação: conhecimento do documento por todos envolvidos, através de cópia entregue diretamente e atestado o seu recebimento, e ou, cópias em locais estratégicos na escola, para que todos tenham acesso; no ato da matrícula, entregar uma cópia aos pais e responsáveis da parte do regimento que normatiza as proibições, direitos e deveres dos pais ou responsáveis e do aluno; discussão na elaboração do regimento escolar com a comunidade, bem como apreciação do Conselho Escolar no caso de alteração ou adendo; considerar as diferenças entre Regimento Escolar e Regulamento Interno, no qual o Regulamento Interno retrata como referencial a cultura escolar local, manifestando os contratos e acordos feitos pela comunidade escolar, enquanto o

Regimento Interno trata da organização legal, administrativa e pedagógica da escola.

As Instâncias Colegiadas fazem parte da composição legal da escola, e o diretor na medida em que busca a participação e atuação junto a essas instâncias, orientando e propiciando condições de agir nos espaços escolares, discutindo, acompanhando e controlando as ações pedagógicas; bem como a aplicação de recursos e a implementação de políticas públicas que resultem em melhor qualidade de educação ofertada no ambiente escolar, participa efetivamente de uma gestão democrática. Consentindo e propiciando a participação de todos na formação para o exercício da cidadania, transforma o ambiente escolar, e conseqüentemente impulsiona o desenvolvimento da escola pública para uma melhoria na sua qualidade.

A escola faz parte da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, que é pensada a partir da formação dos Conselhos de Direitos – Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, que tem entre seus participantes órgãos responsáveis pelas políticas públicas que atendem esse público. Os serviços são articulados entre as secretarias municipais, com um fluxo organizado a partir dos sinais de alerta. Essa rede objetiva prevenir e inibir a violência, por isso além de desenvolver ações de sensibilização, os profissionais devem atuar detectando situações de risco e agindo sobre elas. Como a escola faz parte dessa rede, é importante a participação dos gestores nas reuniões dos conselhos e compete a direção da escola: acompanhar a frequência dos alunos e preencher a ficha FICA no caso de alunos faltosos sem justificativa; participar das reuniões da Rede de Proteção; encaminhar casos de violência ou suspeita com qualquer aluno e preencher a ficha de Notificação Obrigatória; solicitar atendimento da Patrulha Escolar quando se fizer necessário; promover a discussão, reflexão e conscientização da comunidade escolar na sua participação contra as questões que envolvem violência e evasão escolar.

4. 5 Aspectos Administrativos e Financeiros I e II

Como recursos do governo estadual a escola recebe o fundo rotativo, criado pela Lei nº 14.267/2003, verba essa oriunda de programas descentralizados de recursos financeiros desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), instrumento esse que viabiliza com maior rapidez o repasse de recursos aos estabelecimentos de ensino da rede estadual, para a manutenção e outras despesas relacionadas com a atividade educacional. Essa verba deve ser utilizada para aquisição de materiais de consumo (limpeza, expediente, didático, esportivo, gás, lâmpadas, entre outros) e a execução de pequenos reparos (troca de vidros, limpeza de caixa d'água, fechaduras, instalação elétrica e hidráulica, entre outros). A liberação da cota normal de consumo acontece em dez parcelas a partir do mês de fevereiro. Para a cota normal de serviço são liberadas quatro parcelas trimestralmente, a partir de fevereiro. A liberação para cota específica disponibiliza recursos para atendimento a programas desenvolvidos pela SEED e para cota extra é liberado esse recurso caso seja comprovado a necessidade do atendimento.

Como recursos do governo federal são liberados repasses para os seguintes programas: PDDE; PDE ESCOLA; MAIS EDUCAÇÃO/EDUCAÇÃO INTEGRAL E ESCOLA ABERTA/FEFS. O recurso do PDDE será administrado pela APMF, sendo o presidente o gestor responsável pelos pagamentos e prestação de contas, e é liberado em cota única em relação ao número de alunos atestado pelo Censo Escolar do ano anterior; o recurso do PDE ESCOLA também é repassado em parcela única anual de acordo com o número de alunos com base no Censo Escolar, sendo obrigatória à participação do Conselho Escolar para o plano de ação e prestação de contas.

A liberação de recursos e prestação de contas on-line possibilita o acompanhamento virtual dos gastos efetuados pelos gestores e comunidade escolar, tornando esse processo mais transparente. A prestação de contas documental é a comprovação das despesas efetuadas em benefício do estabelecimento escolar, que também retrata a lisura do processo.

Por ser um órgão público, a escola tem o dever de atender todas as obrigações legais, funcionais, operacionais e de ordem hierárquica que cabem a ela e zelar pelos princípios básicos da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade (PROGESTÃO, 2001).

Outro ponto importante que o gestor ou futuro gestor deve observar é o que nos ensina Freire citado por Gasparello (2000, p.74),

A gestão escolar democrática permite o controle social dos gastos praticados pela Escola. As relações democráticas são determinantes para que o efetivo exercício de cidadania tenha sucesso no interior das instituições escolares, pois congrega todos os segmentos que compõem a Escola. Ou seja, traz para o processo de deliberação professores, funcionários administrativos e serviços gerais, membros da equipe pedagógica, pais, alunos e membros da sociedade civil organizada. As decisões tomadas pelo coletivo escolar tornam a escola um espaço de experiência e ação democratizante.

Os Indicadores Educacionais são ferramentas utilizadas para a tomada de decisões, seja no contexto administrativo ou no contexto pedagógico. São dois sistemas, o Sistema SERE (Sistema Estadual de Registro Escolar), que é um sistema estadual de dados da gestão escolar, de alunos, de docentes e relatórios disponibilizados e o Sistema EDUCACENSO, que é um sistema nacional, que serve de base de cálculos para indicadores educacionais e sociais. Os dados educacionais através do SERE e do Censo Escolar, que são levantamentos estatísticos, são informados no EDUCACENSO pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). Esses indicadores auxiliam no ponto de vista financeiro ou gerencial, e embasa o repasse de verbas à escola pelas políticas públicas para melhoria da qualidade da educação, ou seja, do IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica); que é o indicador nacional de referência da qualidade da educação, e utiliza na sua composição duas informações, o desempenho do aluno através da Prova Brasil e o desempenho da escola, pelo índice de aprovação.

Uma das primeiras ações do diretor ao tomar posse, deve ser a de identificar a situação legal do patrimônio imobiliário, pois o diretor é responsável pela manutenção e conservação do mesmo. O gestor escolar é o responsável pela preservação dos prédios escolares, seja na solicitação de reparos e melhorias, como no controle e acompanhamento dos prédios escolares no aspecto de manutenção anual, e cabe a ele conhecer os departamentos da DED para solicitar corretamente

os serviços de reparos e melhorias e para o acompanhamento da tramitação de sua solicitação. A Diretoria de Edificações Escolares (DED) tem como atribuição serviços como construção de unidades novas, ampliações de salas de aula, manutenção preventiva e corretiva dos prédios construídos, reparos e melhorias dos vários componentes de uma obra civil. É dividido em Coordenadoria de Execução e Acompanhamento (CEA), Coordenadoria de Projetos e Especificações (CPE), Coordenadoria de registro e Acompanhamento de Convênios, Contratos e Licitações (CRO).

O Patrimônio escolar é o conjunto de bens, direitos e obrigações suscetíveis de depreciação econômica obtida através de compra, doação ou outra forma de aquisição, devidamente identificado e registrado contabilmente. Materiais são considerados todo e qualquer equipamento recebido pelo estabelecimento de ensino e são classificados como materiais de consumo e permanente.

O responsável pelos materiais e equipamentos do estabelecimento escolar é o diretor; que é o responsável também na orientação de se fazer cumprir o estatuto dos funcionários civis do Paraná. Conforme artigo 279, “que são deveres do funcionário zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado”, e ainda identificar os bens públicos permanentes com identificação própria ao recebê-los e fazer o acompanhamento deles através do relatório anual de Patrimônio quanto a sua depreciação (BRASIL, 2008).

O transporte escolar é operacionalizado pelos municípios, mas cabe ao diretor identificar no ato da matrícula os alunos com necessidade do uso, identificá-los e cadastrá-los no SERE.

O Programa Estadual de Alimentação Escola (PNAE) visa contribuir para o crescimento e desenvolvimento do aluno quanto a sua aprendizagem e rendimento escolar além de desenvolver hábitos saudáveis de alimentação. Com verbas do FNDE repassadas aos estados e municípios, e com a seleção dos itens da merenda realizada por critérios técnicos, ela é distribuída em quatro ou cinco remessas por ano. Além de receber dois repasses anuais para a complementação com gêneros perecíveis (Programa Escola Cidadã).

A compreensão por parte do gestor dos aspectos relacionados aos aspectos administrativos e financeiros da escola, como funciona, como e o que se deve fazer

em relação a problemas que possam acontecer, a origem e a quantidade de recursos destinados, antecipa as ações do gestor e possibilita um diagnóstico mais preciso na tomada de decisões e na aplicação dos recursos recebidos.

5. 6 Aspectos da Legislação Escolar

5. 6. 1 A Coordenação de Pesquisas Educacionais

A Coordenação de Pesquisas Educacionais (CPE) tem como função principal pesquisar, estudar e implementar Projetos Educacionais na Secretaria de Estado da Educação (SEED) para a melhoria da qualidade no processo educativo. Dentre as principais atividades desenvolvidas pela CPE, estão: gerenciar todas as ações que envolvam o Sistema Estadual da Rede de Bibliotecas Públicas Escolares (SERBE); a Biblioteca da SEED encarregada de ser depositária legal das produções institucionais; em consonância com os Departamentos sugerir e implantar cursos de capacitação; normalizar e editar os materiais produzidos pela SEED; analisar projetos encaminhados a SEED e desenvolver e implementar novos projetos.

5. 6. 2 - Organização Educacional

A partir de um processo de descentralização, as responsabilidades de formulação e implementação da política educacional são distribuídas entre as três instâncias governamentais, a União, os Estados e os Municípios. E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e determina:

Artigo 8º que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizem, em regime de colaboração, seus respectivos sistemas de ensino;

Artigo 9º cita que “na estrutura educacional haverá um Conselho Nacional de Educação (CNE), que é um órgão do Ministério da Educação e Cultura

(MEC), com funções normativas e de supervisão e atividade permanente” da educação brasileira. Cada sistema de ensino, seja estadual, municipal ou particular, possui sua autonomia administrativa e pedagógica, mas todas as instituições estão sujeitas à legislação de ensino, aos atos e Deliberações do Poder executivo Federal (MEC), do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Estadual de Educação (CEE) e da Secretaria de Estado da Educação (SEED).

5. 6. 3 O Diretor e a Documentação Escolar

A Direção do estabelecimento de ensino, responde administrativamente e legalmente pela documentação escolar, sendo a Secretaria Escolar o braço executivo da equipe administrativa e pedagógica que dela depende o bom funcionamento da organização escolar.

É importante que a escola registre corretamente as informações dos alunos, servidores e do estabelecimento, pois essas informações servem de base para o sistema SERE gerar relatórios e ou dados para os indicadores educacionais, e como anteriormente citado são extremamente importantes para o porte das escolas e a geração de recursos para o estabelecimento de ensino.

Acredita-se também que numa gestão a serviço da qualidade, os dados repassados pela Secretaria Escolar e o acompanhamento da Direção desses dados, bem como a informação aos demais setores da escola sobre os mesmos, podem influenciar na avaliação dos resultados e na retomada quando os resultados não forem satisfatórios.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta em gestão tem a finalidade de organizar e orientar o gestor na condução dos seus trabalhos no estabelecimento de ensino durante o período de gestão para o qual foi eleito, além de a comunidade escolar ter o conhecimento prévio das propostas do candidato ao cargo.

É importante traçar metas adequadas e possíveis de serem alcançadas analisando o contexto da escola. Metas estas que contemplem toda comunidade escolar, seja nos aspectos tecnológicos, humanos, pedagógicos, democráticos, administrativos e financeiros. O gestor não deve esquecer que a finalidade maior de todo processo de gestão num estabelecimento de ensino é o aluno, todas as metas traçadas devem ter como prioridade a melhoria do processo ensino aprendizagem desse sujeito.

O conhecimento por parte do gestor sobre a legislação escolar, além de obrigatório, facilita de sobremaneira no processo, facilitando nas orientações, planejamentos e nas tomadas de decisão.

A gestão democrática só é possível quando há abertura por parte do gestor, o interesse e a participação efetiva por parte de toda comunidade escolar. Consentindo e propiciando a participação de todos na formação para o exercício da cidadania, transforma o ambiente escolar, e conseqüentemente impulsiona o desenvolvimento da escola pública para uma melhoria na sua qualidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Luciano Ferreira de. Concepções de gestão escolar e eleição de diretores da escola pública do Paraná. **Dissertação** (Mestrado). Curitiba. Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2004, 201 p.
- BRASIL. **Lei nº 9394/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>Acesso em: ago. 2011.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>Acesso em ago. 2011.
- CRESPIM, Magda Cristina de Oliveira. Construindo a autonomia da escola pública: um desafio para o gestor escolar. **Dissertação** (Mestrado). São Paulo. Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), 2007, 150 p.
- MANUAL DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DO ESTADO DO PARANÁ. /Departamento Estadual de Arquivo Público, 3. ed. rev. e ampl. Curitiba: **O Arquivo**, 2007. 115 p.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Manual do Secretário**. Curitiba: SEED, 2006.
- SILVA, E. M. F. **Gestão escolar**: novas abordagens, novos olhares e novas propostas, Rio de Janeiro, 2005. Artigo.
- ALMEIDA, José Luciano Ferreira de. Concepções de gestão escolar e eleição de diretores da escola pública do Paraná. **Dissertação** (Mestrado). Curitiba. Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2004, 201 p.
- BRASIL. **Lei nº 9394/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>Acesso em: ago. 2011.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>Acesso em ago. 2011.

CRESPIM, Magda Cristina de Oliveira. Construindo a autonomia da escola pública: um desafio para o gestor escolar. **Dissertação** (Mestrado). São Paulo. Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), 2007, 150 p.

MANUAL DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DO ESTADO DO PARANÁ.
/Departamento Estadual de Arquivo Público, 3. ed. rev. e ampl. Curitiba: **O Arquivo**, 2007. 115 p.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Manual do Secretário**. Curitiba: SEED, 2006.

SILVA, E. M. F. **Gestão escolar**: novas abordagens, novos olhares e novas propostas, Rio de Janeiro, 2005. Artigo.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

Artigo PTD < <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2533-8.pdf> >

Recursos Humanos < <http://www.grhs.pr.gov.br> >

Manual de Orientações funcionais do servidor público <<http://portaldosevidor.pr.gov.br/user.php> >

<http://www.eescola.pr.gov.br/file.php/9882/modulo1UsodeRecursosTecnologicosAplicadosaEducacao/TextoGestaoEscolarTic.pdf>

http://www.escola.pr.gov.br/file.php/9882/Modulo_2_Gestao_de_Recursos_Humanos_/Texto_Recursos_Humanos.pdf

http://www.escola.pr.gov.br/file.php/9882/Modulo_3_Gestao_Pedagogica_/Texto_Gestao_Pedagogica.pdf

http://www.escola.pr.gov.br/file.php/9882/Modulo_4_Gestao_Democratica_/Texto_Regimento_Escolar.PDF

http://www.escola.pr.gov.br/file.php/9882/Modulo_4_Gestao_Democratica_/Texto_Instanceias_Colegiadas.PDF

http://www.eescola.pr.gov.br/file.php/9882/Modulo_4_Gestao_Democratica_/Texto_Rede_de_Protecao.PDF

<http://www.e-escola.pr.gov.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=558563>

<http://www.pr.gov.br/divulgacoes/seed/moodle/biblioteca/modulo6/>

<http://www.pr.gov.br/divulgacoes/seed/moodle/biblioteca/modulo7/>